

**1º ADITIVO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA,
DA ESPÉCIE SEM PREFERÊNCIA, DA INVESTCO S.A., COM FIANÇA DA
EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A.
E DA EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

INVESTCO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na ACSE I, Conj. 3 - Lote 21, inscrita no CNPJ sob o nº 00.644.907/0001-93, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada “EMISSIONORA”);

e, de outro lado,

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., nomeada nesta ESCRITURA e nela interveniente, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Av. Paulista, 2439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representado na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominado “AGENTE FIDUCIÁRIO”),

e, como partes intervenientes,

EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 2.439, 4º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 60.876.075/0001-62, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada “EEVP”) e **EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A.**, sociedade constituída de acordo com as leis de Portugal, com sede na Cidade de Lisboa, Portugal, na Av. José Malhoa, Lote A-13, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (doravante simplesmente denominada “EDP” e, em conjunto com a EEVP, as “INTERVENIENTES”).

vêm, por este ADITIVO (o “ADITIVO”), e na melhor forma de direito, aditar a ESCRITURA da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Sem Preferência, da Investco S.A., com Fiança da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Electricidade de Portugal, S.A., celebrada em 31 de outubro de 2001 (doravante denominada “ESCRITURA”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula não expressamente definidos neste ADITIVO terão os significados atribuídos a esses termos na ESCRITURA.
2. Os seguintes dispositivos passam a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente ESCRITURA é celebrada com base nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias (“AGE”) da EMISSIONORA, realizadas em 30 de outubro de 2001 e em 21 de dezembro de 2001, respectivamente, da Reunião do Conselho de Administração da EEVP realizada em 4 de outubro de 2001 e da Reunião do Conselho de Administração da EDP realizada em 19 de outubro de 2001.

1.2. A AGE delegou ao Conselho de Administração da EMISSIONORA, poderes para (i) deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de que tratam os itens VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, tendo inclusive poderes para alterar condições expressas em referida deliberação no que se refere às matérias referidas nesses itens; e (ii) aprovar o cancelamento, se e quando necessário, das Debêntures que se encontrem em tesouraria.

1.3. A EMISSIONORA delegou também, ao Conselho de Administração, através da mencionada AGE, poderes para deliberar sobre as condições de remuneração e atualização das Debêntures a vigorar nos próximos Períodos de Vigência da Remuneração (conforme definido abaixo), assim como sobre o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, nos termos do item 4.6 abaixo.



CLÁUSULA II - REQUISITOS

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas

As atas das AGEs da EMISSORA que deliberaram sobre a presente emissão de Debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de Tocantins sob os nos 17436128 e 17437046, em 06 de novembro de 2001 e 27 de dezembro de 2001, respectivamente, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Tocantins, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil e no Jornal do Tocantins, nos dias 09 de novembro de 2001 e 28 de dezembro de 2001, respectivamente. A ata de RCA da EEVP que deliberou sobre a prestação da garantia foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 213984/01-5, em 19 de outubro de 2001, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de Notícias, no dia 25 de outubro de 2001. O Conselho de Administração da EDP deliberou sobre a prestação da garantia em reunião realizada em 19 de outubro de 2001.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.6. Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário junto ao (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e ao (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA, custodiado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1.7. Espécie: As Debêntures serão da espécie sem preferência.

4.1.8. Garantia: Fiança conjunta e solidária das INTERVENIENTES, nos termos da Cláusula VII abaixo.

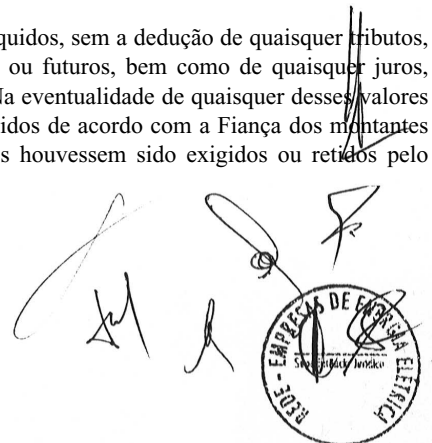
CLÁUSULA V - AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desta emissão em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

CLÁUSULA VII - FIANÇA

As Debêntures da presente emissão contam com garantia fidejussória, constituída neste ato, representada pela fiança prestada pelas INTERVENIENTES (a "Fiança"), qualificadas no preâmbulo desta ESCRITURA que, por este instrumento e na melhor forma de direito, obrigam-se perante os debenturistas, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras da EMISSORA, a garantir conjunta e solidariamente o pagamento do valor nominal das Debêntures atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da Remuneração, inclusive encargos moratórios, bem como quaisquer outros encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, se necessário, sendo a Fiança irrevogável e irretirável para todos os efeitos legais, renunciando desde já as INTERVENIENTES aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502 e 1.503 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil pelas obrigações assumidas na presente ESCRITURA. As INTERVENIENTES certificam que a prestação da Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes.

Todos e quaisquer pagamentos realizados pela EDP em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, deduções, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades atinentes aos mesmos que sejam exigidas pelas leis de Portugal. Na eventualidade de quaisquer desses valores serem exigidos ou retidos pelo governo português, a EDP se obriga a acrescer os pagamentos devidos de acordo com a Fiança dos montantes necessários para que os debenturistas recebam esses pagamentos com se nenhum desses valores houvessem sido exigidos ou retidos pelo governo português.



CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente ESCRITURA, declara, sob as penas da lei:

- d) ter verificado a suficiência, exeqüibilidade e regularidade da constituição da Fiança ora prestada;
- e) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer suas funções; e
- f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término fim do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A remuneração do novo AGENTE FIDUCIÁRIO será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

9.4. Deveres

- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, à ANDIMA e à CBLIC;
- s) tomar todas as providências necessárias, dentro das limitações legais e desta ESCRITURA, ou convenientes, para que a Fiança mantenha-se íntegra e exigível; e
- t) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
 - t.1) à CVM;
 - t.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso.; e/ou
 - t.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

CLÁUSULA X - ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação as Debêntures em tesouraria e de titularidade das INTERVENIENTES, ou de coligadas, controladas, diretores, conselheiros ou administradores da EMISSORA ou das INTERVENIENTES, incluindo sem limitação, pessoas e/ou entidades direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas acima.



CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.4. A EDP declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

h) as Demonstrações Financeiras da EDP, datadas de 31 de dezembro de 1998, 31 de dezembro de 1999 e 31 de dezembro de 2000, e 30 de junho e 30 de setembro de 1999, 30 de junho e 30 de setembro de 2000 e 30 de junho e 30 de setembro de 2001, representam corretamente a posição financeira da EDP e de suas Subsidiárias Relevantes naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos em Portugal;

l) tem justificado interesse próprio em prestar a Fiança em benefício dos debenturistas, nos termos do artigo 6º do Código das Sociedades Comerciais Português; e

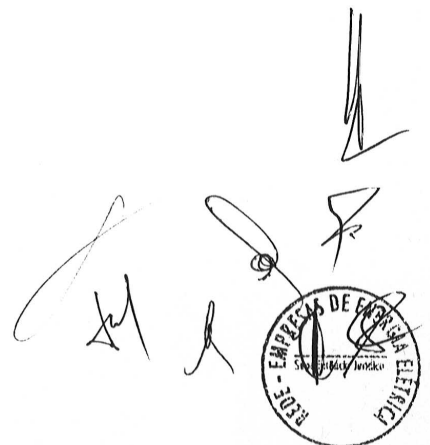
m) o AGENTE FIDUCIÁRIO, representando a comunhão dos debenturistas, ou os debenturistas individualmente, poderão processar a EDP nas cortes portuguesas com base nesta ESCRITURA e nas obrigações aqui assumidas pela EDP.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de Tocantins, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil e no Jornal de Tocantins, sempre com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, da realização de qualquer publicação.

3. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições, passando a ESCRITURA a ter a seguinte redação consolidada:



**ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SEM PREFERÊNCIA,
DA INVESTCO S.A., COM FIANÇA DA EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A. E DA EDP -
ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A.**

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

INVESTCO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, na ACSE I, Conj. 3 - Lote 21, inscrita no CNPJ sob o nº 00.644.907/0001-93, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada “EMISSIONORA”);

e, de outro lado,

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., nomeada nesta ESCRITURA e nela interveniente, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Av. Paulista, 2439, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 00.806.535/0001-54, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, neste ato representado na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominado “AGENTE FIDUCIÁRIO”),

e, como partes intervenientes,

EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 2.439, 4º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 60.876.075/0001-62, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante simplesmente denominada “EEVP”) e **EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A.**, sociedade constituída de acordo com as leis de Portugal, com sede na Cidade de Lisboa, Portugal, na Av. José Malhoa, Lote A-13, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos (doravante simplesmente denominada “EDP” e, em conjunto com a EEVP, as “INTERVENIENTES”).

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar a presente ESCRITURA da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Sem Preferência, da Investco S.A., com Fiança da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Electricidade de Portugal, S.A. (doravante denominada “ESCRITURA”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente ESCRITURA é celebrada com base nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias (“AGE”) da EMISSIONORA, realizadas em 30 de outubro de 2001 e em 21 de dezembro de 2001, respectivamente, da Reunião do Conselho de Administração da EEVP realizada em 4 de outubro de 2001 e da Reunião do Conselho de Administração da EDP realizada em 19 de outubro de 2001.

1.2. A AGE delegou ao Conselho de Administração da EMISSIONORA, poderes para (i) deliberar sobre as condições relativas às Debêntures de que tratam os itens VI a VIII do artigo 59 da lei nº 6.404/76, tendo inclusive poderes para alterar condições expressas em referida deliberação no que se refere às matérias referidas nesses itens; e (ii) aprovar o cancelamento, se e quando necessário, das Debêntures que se encontrem em tesouraria.

1.3. A EMISSIONORA delegou também, ao Conselho de Administração, através da mencionada AGE, poderes para deliberar sobre as condições de remuneração e atualização das Debêntures a vigorar nos próximos Períodos de Vigência da Remuneração (conforme definido abaixo), assim como sobre o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, nos termos do item 4.6 abaixo.

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A emissão das Debêntures (doravante designadas individualmente por “DEBÊNTURE” e coletivamente por “DEBÊNTURES”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:



2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta emissão pública de Debêntures da EMISSORA será registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada “CVM”) na forma das Leis nºs 6.385, de 7.12.76, 6.404 de 15.12.76, 9.457 de 5.5.97 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento e Publicação das Atas

As atas das AGEs da EMISSORA que deliberaram sobre a presente emissão de Debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de Tocantins sob os nos 17436128 e 17437046, em 06 de novembro de 2001 e 27 de dezembro de 2001, respectivamente, e publicadas no Diário Oficial do Estado de Tocantins, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil e no Jornal de Tocantins, nos dias 09 de novembro de 2001 e 28 de dezembro de 2001, respectivamente. A ata de RCA da EEVP que deliberou sobre a prestação da garantia foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 213984/01-5, em 19 de outubro de 2001, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de Notícias, no dia 25 de outubro de 2001. O Conselho de Administração da EDP deliberou sobre a prestação da garantia em reunião realizada em 19 de outubro de 2001.

2.3. Registro da ESCRITURA de Emissão

Esta ESCRITURA será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, em virtude da localização da sede da EMISSORA.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Setor de Atividade da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto **(i)** a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; **(ii)** a participação em empreendimentos no setor elétrico, especificamente através da construção e exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (Lajeado), nos termos do Contrato de Concessão nº 05/97 - ANEEL; **(iii)** estudar, planejar, projetar, constituir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como os serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar subsidiárias ou incorporar outras empresas e praticar s demais atos necessários à consecução de seu objetivo; e **(iv)** desenvolver atividades consideradas de interesse da Amazônia Legal, nos termos da legislação em vigor.

3.2. Número da Emissão

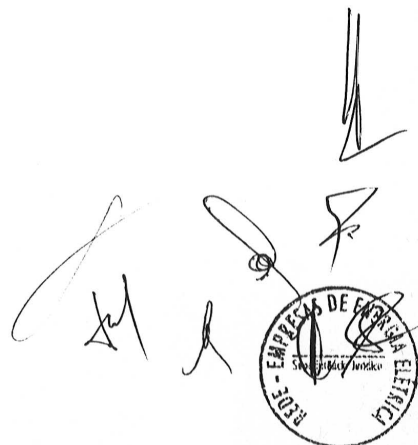
Esta ESCRITURA constitui a 1ª emissão de Debêntures da EMISSORA.

3.3. Montante da Emissão

O montante da presente emissão é de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela EMISSORA com a emissão das Debêntures serão aplicados em investimentos em ativos fixos e capital de giro para a conclusão da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães.



3.5. Colocação e Procedimento

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sendo 15.000 (quinze mil) Debêntures em regime de garantia firme de subscrição e 10.000 (dez mil) Debêntures em regime de melhores esforços, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, sendo atendidos os clientes dos respectivos coordenadores e de eventuais instituições financeiras subcontratadas por esses coordenadores, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

A colocação pública das Debêntures somente terá início após a expedição do registro de emissão pela CVM e da segunda publicação do anúncio de início de distribuição.

3.6. Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário junto ao (i) SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e ao (ii) Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da BOVESPA, custodiado na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.

3.7. Certificados de Debêntures

A EMISSORA não emitirá certificados de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 4.1.6 abaixo. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade, o “Relatório de Posição de Ativos” expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do debenturista.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.1.2. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 15.000 (quinze mil) Debêntures em regime de garantia firme de subscrição e 10.000 (dez mil) Debêntures em regime de melhores esforços.

4.1.3. Número de Séries: As Debêntures serão emitidas em série única.

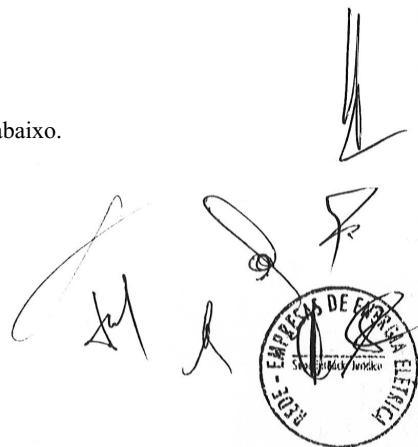
4.1.4. Data de Emissão: A Data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de novembro de 2001 (a “Data de Emissão”).

4.1.5. Prazo e Data de Vencimento: O prazo das Debêntures será de 120 (cento e vinte) meses, vencendo-se, portanto, em 1º de novembro de 2011.

4.1.6. Tipo e Forma: Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas. O Banco Itaú S.A. prestará os serviços de escrituração das Debêntures.

4.1.7. Espécie: As Debêntures serão da espécie sem preferência.

4.1.8. Garantia: Fiança conjunta e solidária das INTERVENIENTES, nos termos da Cláusula VII abaixo.



4.2. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal acrescido da Remuneração acumulada desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, que será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 6 (seis) meses a contar da data da concessão do registro pela CVM.

4.3. Limite da Emissão

A presente emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, uma vez que o capital social da EMISSORA, na Data de Emissão, era de R\$ 428.729.052,30 (quatrocentos e vinte e oito milhões setecentos e vinte e nove mil e cinquenta e dois reais e trinta centavos).

4.4. Remuneração

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração (“REMUNERAÇÃO”):

4.4.1. Atualização

As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times \left\{ \left[1 + \frac{IGPM_1}{100} \right]^{\frac{d_1}{D1}} \times \left[1 + \frac{IGPM_2}{100} \right]^{\frac{d_2}{D2}} \times \dots \times \left[1 + \frac{IGPM_n}{100} \right]^{\frac{d_n}{Dn}} \right\}$$

onde:

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado;

VNe = Valor Nominal Unitário;

IGPMn = índice do IGPM na forma percentual, relativo ao mês n;

d_n = número de dias corridos do 1º dia do mês da “Atualização”, até a data de Atualização;

D_n = número de dias do mês n corrente.

O IGP-M deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

A aplicação do IGP-M incidirá anualmente, ou no menor período permitido pela legislação em vigor, nesse caso, sem necessidade de ajuste à ESCRITURA ou qualquer outra formalidade.

No caso de extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures do IGP-M, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja substituto legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da Data de Extinção do Índice (conforme abaixo definido), realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, de comum acordo com a EMISSORA, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 07/99 e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA. Na ausência de critério legal, a mesma Assembléia deliberará sobre a Remuneração a que as Debêntures farão jus no período compreendido entre a data da última Remuneração apurada e a data da aludida Assembléia. Entende-se por “Data de Extinção do Índice” (i) a data em que extinção do IGP-M for oficialmente anunciada pela Fundação Getúlio Vargas ou (ii) caso não haja anúncio oficial, a data em que se completa dois meses sem que o IGP-M seja divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.



[Handwritten signature]



Sujeito ao disposto no parágrafo anterior, se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da EMISSORA não houver divulgação do IGP-M, será aplicado o último IGP-M disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os debenturistas quando da divulgação posterior do IGP-M que seria aplicável.

Em qualquer hipótese mencionada neste item 4.4.1, caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre os debenturistas representando dois terços do total das Debêntures em circulação e a EMISSORA, as Debêntures deverão ser resgatadas na sua totalidade, no prazo de 30 dias contados da data da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, com base no último IGP-M disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a EMISSORA e os debenturistas. O resgate ao qual se refere esta cláusula não será acrescido de prêmio de qualquer natureza.

4.4.2. Juros Remuneratórios

As Debêntures farão jus ao pagamento de Juros Remuneratórios prefixados à taxa máxima de 12,80% ao ano (doze vírgula oito por cento ao ano), incidentes sobre o saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado, calculados cumulativa e exponencialmente, por dias corridos, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, desde a Data de Emissão, ou data de vencimento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de pagamento dos Juros Remuneratórios devidos ao final do Período de Capitalização, conforme definido abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \left\{ \left[\left(1 + \frac{b}{100} \right)^{\frac{n}{360}} \right] - 1 \right\}$$

onde:

J = Valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização;

VNa = Saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário Atualizado em Reais na data de início de cada Período de Capitalização;

b = taxa a ser fixada em processo de *bookbuilding*, limitada ao máximo 12,80% a.a.;

n = Número de dias corridos do respectivo Período de Capitalização, calculados na base de 360 dias por ano.

Define-se “**PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO**” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

A Remuneração definitiva das Debêntures será determinada em processo de *bookbuilding*, devendo ser aprovada pelo Conselho de Administração da EMISSORA, publicada em até 2 (dois) dias úteis após sua determinação, e deverá constar dos anúncios de início de distribuição pública das Debêntures.

4.5. Condições de Pagamento

4.5.1. Amortização Programada: As Debêntures terão prazo final de vencimento em 1º de novembro de 2011, sendo que o valor nominal das Debêntures deverá ser amortizado pela EMISSORA conforme a programação e percentuais abaixo definidos:

Data	Parcela de Amortização do Valor Nominal da Debênture Atualizado
1º de novembro de 2003	11,11%
1º de novembro de 2004	11,11%
1º de novembro de 2005	11,11%
1º de novembro de 2006	11,11%
1º de novembro de 2007	11,11%
1º de novembro de 2008	11,11%
1º de novembro de 2009	11,11%
1º de novembro de 2010	11,11%
1º de novembro de 2011	11,12%



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



4.5.2. Atualização e Juros Remuneratórios: A Atualização e os Juros Remuneratórios serão devidos anualmente, no dia 1º de novembro dos anos de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011.

4.5.3. Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados: **(i)** utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures registradas para negociação junto ao SND; **(ii)** utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX ou, conforme o caso; **(iii)** pela instituição financeira contratada para este fim.

4.5.4. Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

4.5.5. Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 1% (um por cento), além de juros remuneratórios calculados exponencialmente *pro rata temporis*, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.5.6. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta ESCRITURA, ou em comunicado por ela publicado, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração pelo período relativo ao atraso, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.6. Repactuação

O Conselho de Administração da EMISSORA deliberará sobre as condições de Remuneração e atualização das Debêntures a vigorar nos próximos Períodos de Vigência da Remuneração (conforme definido abaixo), assim como sobre o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração. As deliberações da EMISSORA sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela EMISSORA por intermédio de publicação, conforme item 12.1 abaixo, até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, informando:

- a) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente; e
- b) as condições da Remuneração e atualização monetária a vigor durante o próximo Período de Vigência da Remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela EMISSORA para o próximo Período de Vigência da Remuneração ou caso tais condições não sejam publicadas pela EMISSORA, os debenturistas poderão, entre o 10º e o 5º dia útil (inclusive) anteriores ao encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, manifestar, através de informação ao sistema de custódia, sua opção de exercer o direito de venda de suas Debêntures à EMISSORA, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das Debêntures na hipótese de não publicação das condições de Remuneração a que se refere este parágrafo.

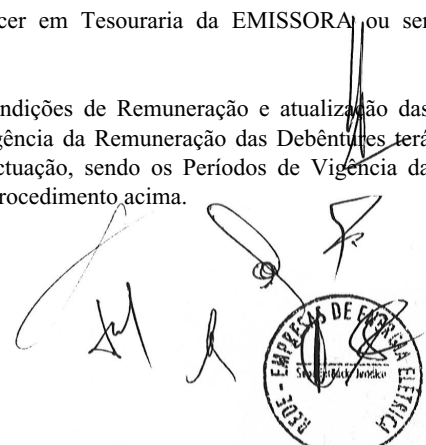
A EMISSORA obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures, nas datas de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela EMISSORA, para o período subsequente. As Debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal unitário atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* definida para o período vencido.

As Debêntures eventualmente adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas no mercado.

“**PERÍODO DE VIGÊNCIA DA REMUNERAÇÃO**” significa o período durante o qual as condições de Remuneração e atualização das Debêntures permanecerão vigentes ficando desde já estabelecido que o primeiro Período de Vigência da Remuneração das Debêntures terá início na Data de Emissão e vencimento em 1º de novembro de 2006, data da próxima repactuação, sendo os Períodos de Vigência da Remuneração subsequentes definidos pelo Conselho de Administração da EMISSORA conforme procedimento acima.



[Handwritten signature]



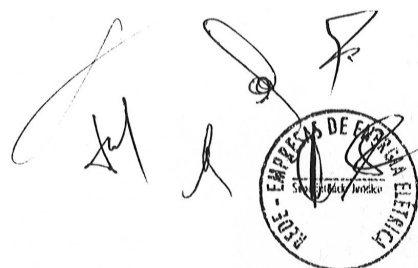
CLÁUSULA V - AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desta emissão em circulação no mercado, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta ESCRITURA e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA (ou pelas INTERVENIENTES, se for o caso) do valor do saldo devedor das Debêntures em circulação, acrescido de juros até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das Debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis de sua ocorrência;
- c) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA ou por qualquer uma das INTERVENIENTES (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- d) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA ou por qualquer uma das INTERVENIENTES (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- e) não cumprimento pela EMISSORA ou pelas INTERVENIENTES de qualquer obrigação prevista nesta ESCRITURA, não sanada em 30 (trinta) dias, contados o aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos desta ESCRITURA;
- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA ou de suas controladas de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- g) alteração estatutária da EMISSORA, bem como reorganização societária envolvendo a EMISSORA e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da EMISSORA previstas nesta ESCRITURA;
- h) início de execução de garantia prestada pela EMISSORA em favor de terceiros, de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensão ou extinta em até 10 (dez) dias úteis contados da citação da EMISSORA;
- i) Alteração do Controle Acionário da EMISSORA, a menos que (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das Debêntures em circulação, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela EMISSORA para este fim e (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das INTERVENIENTES, nos termos da Cláusula VII abaixo. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a EMISSORA deverá resgatar, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da Assembléia Geral de Debenturistas, as Debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a Alteração do Controle Acionário da EMISSORA, pelo seu valor nominal acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*. Para efeito do disposto neste subitem, uma “ALTERAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO” ocorrerá caso as INTERVENIENTES, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da EMISSORA;
- j) o contrato de concessão da EMISSORA seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de outorga nos termos da legislação em vigor; e
- l) demais casos previstos em lei.



CLÁUSULA VII - FIANÇA

As Debêntures da presente emissão contam com garantia fidejussória, constituída neste ato, representada pela fiança prestada pelas INTERVENIENTES (a “Fiança”), qualificadas no preâmbulo desta ESCRITURA que, por este instrumento e na melhor forma de direito, obrigam-se perante os debenturistas, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras da EMISSORA, a garantir conjunta e solidariamente o pagamento do valor nominal das Debêntures atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da Remuneração, inclusive encargos moratórios, bem como quaisquer outros encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, se necessário, sendo a Fiança irrevogável e irretirável para todos os efeitos legais, renunciando desde já as INTERVENIENTES aos benefícios previstos nos artigos 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502 e 1.503 do Código Civil Brasileiro, artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e artigo 595 do Código de Processo Civil pelas obrigações assumidas na presente ESCRITURA. As INTERVENIENTES certificam que a prestação da Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes.

Todos e quaisquer pagamentos realizados pela EDP em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, deduções, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades atinentes aos mesmos que sejam exigidas pelas leis de Portugal. Na eventualidade de quaisquer desses valores serem exigidos ou retidos pelo governo português, a EDP se obriga a acrescer os pagamentos devidos de acordo com a Fiança dos montantes necessários para que os debenturistas recebam esses pagamentos com se nenhum desses valores houvessem sido exigidos ou retidos pelo governo português.

CLÁUSULA VIII - COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

Observadas as demais obrigações previstas nesta ESCRITURA, a EMISSORA obriga-se, ainda, a:

(i) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente permitido, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas a esse exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;

(b) após o término do primeiro semestre de cada exercício social, dentro do prazo legalmente permitido, cópia de suas demonstrações financeiras relativas ao respectivo semestre social;

(c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;

(d) enviar com antecedência notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

(e) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 12.1.1 abaixo;

(f) imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente emissão que lhe venha a ser solicitada; e

(g) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VI - Vencimento Antecipado acima, imediatamente após a sua ocorrência.

(ii) proceder a adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação de suas demonstrações financeira anuais;

(iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da EMISSORA) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da EMISSORA;



(iv) convocar, nos termos do item 10.1 desta ESCRITURA, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;

(v) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

(vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;

(vii) manter até a final liquidação de todas as obrigações contidas nesta ESCRITURA, o seguinte nível de capitalização mínimo, apurado em balanço ou balancete semestral auditado: patrimônio líquido dividido pelo ativo total, igual ou superior a 20% (vinte por cento) (para fins deste item, o patrimônio líquido e o ativo total deverão ser calculados com base nos princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil);

(viii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202, de 06 de dezembro de 1993, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

(ix) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;

(x) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(xi) notificar imediatamente o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer alteração substancial, ou qualquer indício de alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da EMISSORA que: (a) possa impossibilitar ou dificultar de forma relevante o cumprimento, pela EMISSORA, de suas obrigações decorrentes desta ESCRITURA e das Debêntures ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela EMISSORA à CVM não mais reflitam a real condição financeira da EMISSORA;

(xii) pagar quaisquer valores devidos aos debenturistas relativos às Debêntures objeto desta emissão, prioritariamente à distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório;

(xiii) manter todos seus bens operacionais relevantes adequadamente segurados;

(xiv) não praticar quaisquer atos em desacordo com seu estatuto social e esta ESCRITURA, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA perante a comunhão de debenturistas;

(xv) comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;

(xvi) aportar recursos próprios previstos para a execução do investimentos necessários ao projeto, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do projeto;

(xvii) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões ou aprovações necessários ao regular funcionamento da EMISSORA, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;

(xviii) manter válidas e regulares todas as licenças ambientais pertinentes ao projeto, oficialmente publicadas e expedidas pelo órgão competente integrante do Sistema Nacional do Meio-Ambiente - SISNAMA, ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, e, ainda, as que se façam necessárias em decorrência de outras licenças ou autorizações emanadas dos órgãos de controle ambiental;

(xix) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;



(xx) enquanto as Debêntures existirem, não efetuar qualquer alteração material na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data, e não efetuar qualquer alteração na forma legal de seus negócios, conforme existam nesta data, exceto quando e se exigidos pela legislação em vigor ou pelas regulamentações emitidas pelo Poder Concedente;

(xxi) sem prévia autorização de debenturistas representando dois terços das Debêntures em circulação, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações (com exceção do resgate das ações resgatáveis de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás), não emitir debêntures e partes beneficiárias e nem assumir novas dívidas (exceto dívidas subordinadas ao pagamento integral da presente emissão de Debêntures);

(xxii) sem prejuízo do disposto no subitem (xxii) acima, a EMISSORA poderá contratar empréstimos de curto prazo para fazer face à despesas ordinárias, independentemente de autorização prévia dos debenturistas; e

(xxiii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua bens.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta ESCRITURA, Planner Corretora de Valores S.A., qualificado no preâmbulo desta ESCRITURA, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente ESCRITURA, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

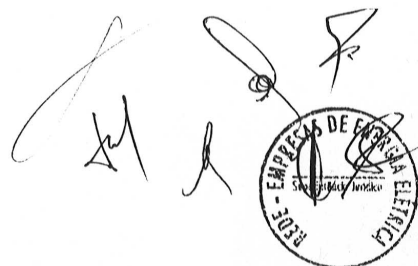
9.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente ESCRITURA, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta ESCRITURA;
- c) aceitar integralmente a presente ESCRITURA, todas as suas cláusulas e condições;
- d) ter verificado a suficiência, exequibilidade e regularidade da constituição da Fiança ora prestada;
- e) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer suas funções; e
- f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término fim do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A remuneração do novo AGENTE FIDUCIÁRIO será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo AGENTE FIDUCIÁRIO.



9.3.2. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta ESCRITURA, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento a esta ESCRITURA, devendo o mesmo ser averbado no Cartório de Registro de Imóveis no qual será registrada a presente ESCRITURA.

9.3.5. O AGENTE FIDUCIÁRIO iniciará o exercício de suas funções na data da presente ESCRITURA ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

9.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta ESCRITURA e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76 e desta ESCRITURA;
- k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;



l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- l.1)** eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;
- l.2)** alterações estatutárias ocorridas no período;
- l.3)** comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA;
- l.4)** posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- l.5)** resgate e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;
- l.6)** constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
- l.7)** acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
- l.8)** cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;
- l.9)** declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

m) colocar o relatório de que trata o inciso “n” à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

- m.1)** na sede da EMISSORA;
- m.2)** no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;
- m.3)** na CVM;
- m.4)** nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- m.5)** na sede da instituição que liderou a colocação das Debêntures.

n) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “o”;

o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA, à ANDIMA e à CBLIC;

p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas, se for o caso;

q) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei nº 6.404/76;

r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

s) tomar todas as providências necessárias, dentro das limitações legais e desta ESCRITURA, ou convenientes, para que a Fiança mantenha-se íntegra e exigível; e



f) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

t.1) à CVM;

t.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso.; e/ou

t.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

a) declarar, observadas as condições da presente ESCRITURA, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;

c) requerer a falência da EMISSORA; e

d) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

9.5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na letra (a) acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente ESCRITURA.

9.5.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do *caput* deste item.

9.6. Remuneração

9.6.1. Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta ESCRITURA, uma remuneração paga da seguinte forma:

a) parcelas anuais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo a primeira devida 15 (quinze) dias após a concessão do registro da emissão pela CVM e as demais nas mesmas datas subseqüentes;

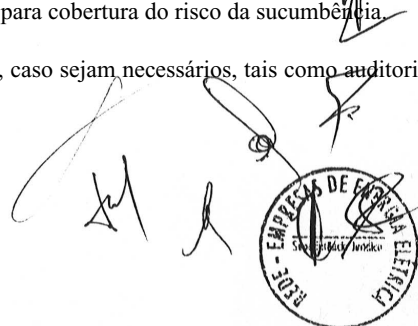
b) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade prevista em lei, de acordo com a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), acumulado no respectivo período; e

c) em caso de inadimplência da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.2. Não estão incluídas na remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria



[Handwritten signature]



e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.

9.6.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 10 % (dez por cento) e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta ESCRITURA.

9.6.4. A remuneração acima será acrescida dos seguintes Impostos: ISS - Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS - Contribuição ao Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.7. Despesas

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

9.7.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta ESCRITURA, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b) extração de certidões;

c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções, respeitando o limite estabelecido na alínea b do item 9.6.1.; e

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

9.7.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.4. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta ESCRITURA for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta ESCRITURA e nas Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA X - ASSEMBLÉIA-GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação as Debêntures em tesouraria e de titularidade das INTERVENIENTES, ou de coligadas, controladas, diretores, conselheiros ou administradores da EMISSORA ou das INTERVENIENTES, incluindo sem limitação, pessoas e/ou entidades direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas acima.

10.1. Convocação

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

10.2. Quorum de Instalação



A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto nesta Cláusula, as deliberações serão tomadas por debenturistas representando, pelo menos, dois terços do total de Debêntures detidas pelos debenturistas presentes na Assembléia. Alterações nas características e condições das Debêntures constantes da Cláusula IV da presente ESCRITURA, e a liberação da EMISSORA de obrigações e situações de vencimento antecipado previstas nesta ESCRITURA, deverão ser aprovadas por debenturistas que representem pelo menos dois terços das Debêntures em circulação observado que (i) alterações nas condições de Remuneração, Repactuação e pagamento e (ii) substituição ou liberação das INTERVENIENTES, deverão ser aprovadas por debenturistas representando 100% das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/76 e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida.
- b) está devidamente autorizado a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- c) a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d) esta ESCRITURA constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- e) está ciente da Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

11.2. A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- (d) esta ESCRITURA constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (e) o Prospecto de Distribuição de Debêntures contém ou conterá, na Data de Emissão, (i) todas as informações relevantes em relação à



EMISSION e suas controladas e coligadas no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSION, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, **(ii)** as declarações contidas no Prospecto em relação à EMISSION e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, **(iii)** as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EMISSION foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, **(iv)** não há outros fatos em relação à EMISSION, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e **(v)** todos os esforços foram feitos pela EMISSION para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto em relação à EMISSION são verdadeiros;

(f) a celebração desta ESCRITURA, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSION ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em **(i)** vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, **(ii)** a criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSION ou de suas controladas e coligadas; ou **(iii)** a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(g) a EMISSION tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(h) as Demonstrações Financeiras da EMISSION, datadas de 31 de dezembro de 1998, 31 de dezembro de 1999 e 31 de dezembro de 2000, e 30 de setembro de 1999, 30 de setembro de 2000 e 30 de setembro de 2001, representam corretamente a posição financeira da EMISSION e de suas controladas e coligadas naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(i) tanto a EMISSION quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto de Distribuição de Debêntures, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSION ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

11.3. A EEVP declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras;

b) está devidamente autorizada a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

c) a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EEVP;

d) esta ESCRITURA constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EEVP, exequível de acordo com os seus termos e condições;

e) o Prospecto de Distribuição de Debêntures contém ou conterá, na Data de Emissão, **(i)** todas as informações relevantes em relação à EEVP e suas controladas e coligadas no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EEVP, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, **(ii)** as declarações contidas no



Prospecto em relação à EEVP e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, **(iii)** as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EEVP foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, **(iv)** não há outros fatos em relação à EEVP, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e **(v)** todos os esforços foram feitos pela EEVP para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto em relação à EEVP são verdadeiros;

f) a celebração desta ESCRITURA, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EEVP ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) a criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EEVP ou de suas controladas e coligadas; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

g) a EEVP e suas controladas e/ou coligadas têm todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

h) as Demonstrações Financeiras da EEVP, datadas de 31 de dezembro de 1998, 31 de dezembro de 1999 e 31 de dezembro de 2000 representam corretamente a posição financeira da EEVP e de suas controladas e coligadas naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

i) tanto a EEVP quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto de Distribuição de Debêntures, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EEVP ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

11.4. A EDP declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis portuguesas;

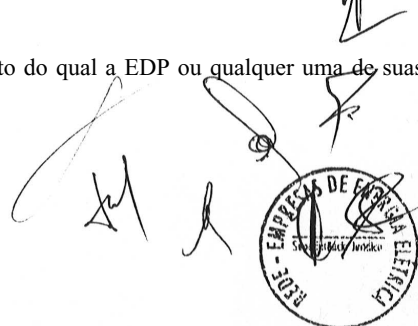
b) está devidamente autorizada a celebrar esta ESCRITURA e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

c) a celebração desta ESCRITURA e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EDP;

d) a submissão da EDP à legislação brasileira e à jurisdição não exclusiva brasileira nos termos desta ESCRITURA é válida e exequível, e não contraria nenhuma disposição legal portuguesa;

e) o Prospecto de Distribuição de Debêntures contém ou conterá, na Data de Emissão, **(i)** todas as informações materialmente relevantes em relação à EDP e suas Subsidiárias Relevantes no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EDP, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos materialmente relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, em aspectos materialmente relevantes, **(ii)** as declarações contidas no Prospecto em relação à EDP e suas Subsidiárias Relevantes são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas, em aspectos materialmente relevantes, **(iii)** as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EDP foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, **(iv)** não há outros fatos em relação à EDP, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, em aspectos materialmente relevantes, e **(v)** a EDP desenvolveu os esforços que lhe são razoavelmente exigíveis para verificar que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto em relação à EDP são verdadeiros;

f) a celebração desta ESCRITURA não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EDP ou qualquer uma de suas



Subsidiárias Relevantes sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos ou (ii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

g) esta ESCRITURA é suscetível de ser admitida como prova perante as cortes portuguesas, independentemente de qualquer registro, inscrição ou certificação de qualquer espécie ou natureza;

h) as Demonstrações Financeiras da EDP, datadas de 31 de dezembro de 1998, 31 de dezembro de 1999 e 31 de dezembro de 2000, e 30 de junho e 30 de setembro de 1999, 30 de junho e 30 de setembro de 2000 e 30 de junho e 30 de setembro de 2001, representam corretamente a posição financeira da EDP e de suas Subsidiárias Relevantes naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos em Portugal;

i) tanto a EDP quanto suas Subsidiárias Relevantes estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

j) exceto pelas contingências informadas no Prospecto de Distribuição de Debêntures, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto materialmente adverso relevante na EDP ou nas suas Subsidiárias Relevantes, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;

l) tem justificado interesse próprio em prestar a Fiança em benefício dos debenturistas, nos termos do artigo 6º do Código das Sociedades Comerciais Português; e

m) o AGENTE FIDUCIÁRIO, representando a comunhão dos debenturistas, ou os debenturistas individualmente, poderão processar a EDP nas cortes portuguesas com base nesta ESCRITURA e nas obrigações aqui assumidas pela EDP.

Para efeitos do presente item 11.4, (i) “Subsidiária” significa qualquer sociedade em que a EDP detenha direta ou indiretamente, através de outra Subsidiária, mais de 50% do capital social ou dos direitos de voto; e (ii) “Subsidiária Relevante” significa Subsidiárias cujos ativos ou receitas sejam iguais ou superiores a 10% dos ativos ou receitas da EDP, de acordo com o último relatório e contas anual, consolidado, disponível da EDP.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de Tocantins, na edição nacional do jornal Gazeta Mercantil e no Jornal de Tocantins, sempre com a antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, da realização de qualquer publicação.

12.1.2. Notificações: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta ESCRITURA deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Nome: Investco S.A.
Endereço: Escritório Administrativo
Av. Paulista, 2439, 3º andar
01311-936, São Paulo, SP
Atenção/Cargo: Sra. Carmem Campos Pereira/Diretora Financeira e de Relações com Investidores
Telefone: (11) 3066-2023
Fac-símile: (11) 3060-9506
E-mail: carmem.pereira@gruporede.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:



Nome: Planner Corretora de Valores S.A.
Endereço: Av. Paulista, 2439, 11º andar
01311-936, São Paulo, SP
Atenção : Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 3061-9444
Fac-símile: (11) 3061-0964
E-mail: agfiduciario@planner.com.br

Para a EEVP:

Nome: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.
Endereço: Av. Paulista, 2.439, 4º andar
01311-936, São Paulo, SP
Atenção/Cargo: Sr. Sebastião Bimbati/Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado
Telefone: (11) 3066-2037
Fac-símile: (11) 3060-9550
E-mail: sebastiao.bimbati@gruporede.com.br

Para a EDP:

Nome: EDP - Electricidade de Portugal, S.A.
Endereço: Av. José Malhoa, Lote A-13
1070 Lisboa, Portugal
Atenção: Dr. Fernando Noronha Leal
Telefone: (35121) 720-3057
Fac-símile: (35121) 720-3008
E-mail: noronha.leal@edp.pt

Para o BANCO MANDATÁRIO:

Nome: Banco Itaú S.A.
Endereço: Rua Boa Vista, 185, 4º andar
01014-001, São Paulo, SP
Atenção/Cargo: Sr. José Idelfonso Nieri
Telefone: (11) 237-1906 / 237-1905
Fac-símile: (11) 237-1917
E-mail: jose.nieri@itau.com.br

12.4 Foro

As partes se submetem à jurisdição não exclusiva do Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta ESCRITURA.

4. O presente ADITIVO é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a EMISSORA por si e seus sucessores.

5. O presente ADITIVO será registrado no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Palmas, Estado do Tocantins, onde foi registrada a ESCRITURA, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

6. Este ADITIVO é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil

7. As partes se submetem à jurisdição não exclusiva do Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste ADITIVO.

(Página de Assinaturas do 1º ADITIVO à ESCRITURA da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, em Série Única, da Espécie Sem



Preferência, da Investco S.A., com Fiança da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Electricidade de Portugal, S.A.)

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 07 de janeiro de 2002.

INVESTCO S.A.

Nome: JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR
Cargo: PRESIDENTE

Nome: CARMEM CAMPOS PEREIRA
Cargo: DIRETORA

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Nome: Artur Martins de Siqueira
Cargo: Procurador

Nome: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Procuradora

EMPRESA DE ELETRICIDADE VALE PARANAPANEMA S.A.

Nome: JORGE QUEIROZ DE MORAES JÚNIOR
Cargo: PRESIDENTE

Nome: JOSE EDUARDO COSTANZO
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO

EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A.

Nome: António José Felton
Cargo: Procurador

Testemunhas:

Nome: Lucinete da Cunha
R.G.: 19.201.949-5
CPF: 115.795.498-10

Nome: Roselene Maria de Toledo
R.G.: RG 9.094.534-7
CPF: CPF 956.463.108-49

Ana Paula Paes,
RG 20.295.503-5
CPF 151.938.938-80

CONSULTORIA JURÍDICA
F.L.P.

RECEBEMOS DE VOSSE EXCELÊNCIA
F.L.P.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PALMAS - TO

Nº 42608
Pág. 112 } Do Protocolo 1 - A
Apresentando hoje 08 de 01 de 2002

Israel Siqueira de Abreu Campos
Oficial Registrador

Livia Angélica S. de A. R. Furtado
Sub-Oficiala

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
PALMAS - TO

Nº 42608
Pág. 112 } Do Protocolo 1 - A
Apresentando hoje 08 de 01 de 2002

O Oficial Israel Siqueira de Abreu Campos
Averbação c Matrícula nº AV-01-460
Na Ficha nº 01 do Reg. Auxiliar nº 3
Palmas, 08 de 01 de 2002

Israel Siqueira de Abreu Campos
Oficial Registrador

Livia Angélica S. de A. R. Furtado
Sub-Oficiala

OFICIAL DE REG. CIVIL DO 349 SUBD. DE CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO - SP
Rua Frei Caneca, 1242 - São Paulo - SP
Reconheço por semelhança as firmas de: ANTONIO MANUEL GARCIA,
ANTONIO JOSÉ SELLARE, ANA PAULA PAES e ROSELENE MARIA DE TOLEDO, dou
fé.

São Paulo, 07 de Janeiro de 2002.
Em Testemunho da verdade.

Válido somente com selo de autenticidade.
2008745617554900108200; Firma 7.60; 4;

José Aparecido dos Santos
Escrevente Autorizado

José Aparecido dos Santos
Escrevente Autorizado



OFICIAL DE REG. CIVIL DO 349 SUBD. DE CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO - SP
Rua Frei Caneca, 1242 - São Paulo - SP
Reconheço por semelhança as firmas de: CARMEN CAMPOS PEREIRA, JORGE
QUEIROZ DE MORAES JUNIOR, JOSÉ EDUARDO COSTANZO, ARTUR MARTINS DE
FIGUEIREDO e VIVIANE APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS, dou fé.

São Paulo, 07 de Janeiro de 2002.
Em Testemunho da verdade.

Válido somente com selo de autenticidade.
2008596817554900109688; Firma 9.50; 5;

José Aparecido dos Santos
Escrevente Autorizado

